

PAZ E TERRA: O PENSAMENTO DA ESQUERDA CRISTÃ EXPRESSO NOS DEBATES DA REVISTA (1966 A 1969)

Layana Karine Pimentel*

Este texto faz menção ao projeto de pesquisa que está em andamento junto ao Programa de Mestrado de História da Universidade Federal da Grande Dourados.

A década de 1960, no contexto da Guerra Fria, caracterizou-se por um acelerado crescimento econômico e um grande desenvolvimento tecnológico. Percebeu-se, neste período, que as multinacionais, sobretudo as americanas, atravessaram as fronteiras, dominando a economia mundial. De acordo com Paes (1982), as maravilhas tecnológicas, nos anos 1960, viveram o apogeu dessa prosperidade, levando o homem à lua e fazendo com que ficasse conhecida a frase “Nada é impossível, apenas não foi inventado”. A política do pleno emprego e da seguridade social garantia à maioria da população o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais principalmente para os países capitalistas desenvolvidos.

Essa dimensão histórica da expansão do mundo moderno, não impedia o desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre os significados da modernização acelerada. Dessa maneira, é possível perceber o florescimento, durante esse período, de vários movimentos e de críticas àquela sociedade de cultura de massa ou de consumo, acerca da manutenção de várias formas morais que limitavam a liberdade e a autonomia humana.

Assim, esse período foi palco de várias críticas, tanto com relação à modernidade, quanto em relação à cultura moral tradicional. Dessa forma, a mentalidade estava em modificação, de modo que a cultura moral, herdada das gerações anteriores, era posta em xeque. Nesse sentido, outras expressões culturais e artísticas eram buscadas e novas idéias surgiam a todo instante. A quebra de tabus morais e a ruptura com padrões familiares eram as conseqüências dessa busca pela liberdade.

Em suma, nesse período, procuravam-se rupturas de tabus estabelecidos e a quebra de alguns dogmas. O pensamento de certos segmentos da sociedade daquela

* Mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Orientanda do professor Dr. Damião Duque de Farias. Bolsista pela FUNDECT.

época influenciou o mundo contemporâneo, fazendo com que algumas regras comportamentais fossem repensadas e até modificadas.

No Brasil, os processos de transformação consolidavam os movimentos de esquerda que vinham desde o processo de democratização política e social, com a mobilização popular pelas chamadas “reformas de base”. Cresciam também as reivindicações de operários, de camponeses, de estudantes e de militares de baixa patente, que passaram a ser reprimidas, já no começo da ditadura imposta em 1964. De acordo com Ridenti (1997, p.14), grande parte da esquerda brasileira sentia “a necessidade de criar uma vanguarda, que rompesse com o imobilismo e opusesse uma resistência armada à força bruta do governo, não só para restabelecer a democracia, mas especialmente para avançar em direção à superação do capitalismo”.

Os intelectuais sentiam a responsabilidade coletiva no processo de construção de ações voltadas para um projeto de nação mais igualitária e inclusiva. Eles teriam, então, “a incumbência de balizar os caminhos e de iluminar os debates e as discussões acerca das dificuldades e dos empecilhos atuais, no que diz respeito às soluções dos problemas atinentes às desigualdades, à pobreza e à concentração de renda” (REZENDE, 2004, p. 240).

Rezende afirma ainda que:

Furtado destacava desde os anos 50 que o intelectual deveria assumir inteiramente o desafio de compreender o sentido do processo social em curso no mundo atual. Na América Latina, e também em outros continentes, era premente que a ação intelectual estivesse voltada para a proposição de mudanças que levassem a uma redefinição do padrão de organização social e do padrão de domínio prevalecentes (2004, p.240).

Diante disso, vários estudantes, sindicalistas, intelectuais e artistas não aceitavam a imposição de um governo ditatorial e, por isso, em meio a tanta repressão, continuavam em clima de contestação. A ampliação da repressão veio a ser institucionalizada pelo AI-5, que “declarou guerra” a qualquer um que tivesse atitudes consideradas como subversivas ou que, pelo menos, fosse suspeito de ter.

Considerando que a Igreja é uma instituição, cuja função social é estabelecida sobre a existência e o controle de alguns tabus, e que a década de 1960 foi um período de rupturas de alguns padrões estabelecidos, a Igreja Católica precisava abrir as portas

para a modernidade, de forma que necessitava pensar a respeito das mudanças que estavam acontecendo no mundo. Essas discussões, no interior da Igreja Católica Romana, resultaram no Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII no ano de 1962 e encerrado pelo Papa Paulo VI em 1965.

O Concílio reuniu bispos de grande parte do mundo e dentre as temáticas focalizadas, destaca-se a nova perspectiva na pastoral católica, que deveria ser mais aberta aos sinais do mundo moderno, alicerçada em um conceito político que sustentaria uma nova tese teológica: o conceito de Deus libertador dos fracos e oprimidos, que estaria comprometido pela história do Homem e tinha como um de seus marcos teológicos fundamentais a Encíclica *Pacem in Terris* de 11 de abril de 1963.

A Igreja no Brasil acompanhou esse movimento de renovação principalmente sob a liderança de D. Helder Câmara, secretário da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, conhecido na época como “Bispo Vermelho”, por possuir idéias consideradas subversivas. Dessa forma, iniciaram-se as transformações no campo católico brasileiro, resultando na formação da Igreja Católica Progressista.

Essa renovação não foi linear, sendo mais acentuada em alguns setores do laicato e do clero. Entre os leigos foram destaques, no início da década de 1960, os movimentos de juventude: JUC – Juventude Universitária Católica –, JOC – Juventude Operária Católica – e movimentos com a AP – Ação Popular – que foram radicais em seus posicionamentos a favor do socialismo, declarando “[...] que o capitalismo é intrinsecamente mau, contrário ao homem e às virtudes cristãs” (LÖWY, 1998, p. 100 *apud* MANOEL, 2000, p. 135). Muitos destes entraram em choque com a hierarquia católica mais conservadora e foram expulsos da Igreja.

Além dos leigos, muitos membros da hierarquia e, inclusive, bispos envolveram-se com as questões sociais e políticas da época, como, por exemplo, o Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Motta, que esteve muito próximo do presidente Juscelino Kubitschek e também de João Goulart, apoiando as idéias de modernização e de nação, bem como, atuando diretamente na campanha das reformas de base, com destaque para a reforma agrária e urbana. Por isso, foi condenado pelo regime pós-64 como um opositor (Cf. FARIAS, 2002).

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, a maioria da hierarquia católica, conhecida como conservadora, não apoiou Dom Carlos Motta. De acordo com o livro Brasil Nunca Mais:

[...] é consenso entre os historiadores que a hierarquia da Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na criação do clima ideológico favorável a intervenção militar, enganando-se na campanha anticomunista sustentada pelas elites conservadoras: contra a reforma-agrária, contra os movimentos grevistas, contra as reivindicações dos sargentos, cabos e soldados da força armada, contra as alianças de cristãos e marxistas que começava a ocorrer em entidades sindicais e estudantes (ARNS, 1985, p.147).

Percebia-se, portanto, uma cisão no catolicismo brasileiro – enquanto uma parte do clero e do laicato ainda continuava a apoiar o golpe de Estado em 1964 e a rejeitar propostas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, fundamentando-se ainda no tradicional discurso da Igreja Ultramontana, uma outra parte não só se opunha ao Estado brasileiro, militarizado e autoritário, como alias, lutava por revoluções que levassem o país a adotar as soluções, nos moldes do bloco soviético (Cf. MANOEL, 2000).

Nesse momento histórico, várias pastorais se fortaleceram e congregaram muitos católicos em torno de lutas por mudanças estruturais na sociedade. Exemplo disso foram as Comissões Pastorais da Terra, que lutavam pela reforma agrária e pela socialização da terra. Segundo o autor:

Tratava-se, portanto, de uma situação deveras singular: parte do clero e do laicato, não só absorveu a doutrina comunista, na sua vertente marxista, como também contrariando toda doutrina católica de pacífica convivência entre patrões e empregados (Leão XIII, 1950), aceitou como válida a tese de que as mudanças estruturais somente seriam possíveis por meio da revolução, corolário na tese marxista da luta de classes (MANOEL, 2000, p.136).

No entanto, à medida que a repressão política e militar se ampliava, atingindo os leigos, os padres, as freiras, os bispos e os militantes católicos, que em alguns casos se envolveram com a contestação e com a guerrilha, a posição católica – até a ala mais conservadora – se inverteu até chegar a uma franca oposição política entre os dois poderes, principalmente depois da promulgação do Ato Institucional nº 5.

Conjuntamente a tanta repressão, o processo de renovação católica aumentava cada vez mais, sobretudo nos países da América Latina. Prova disso foi a Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín na Colômbia (1967), em que se delineou a idéia de uma Igreja mais comunitária e assumiu a forma de uma política eclesial denominada Teologia da Libertação, que tinha como opção preferencial os pobres. A Teologia da Libertação expandiu-se por todo território brasileiro, permanecendo bastante firme em sua atuação, tendo como nomes em destaque Leonardo Boff e Frei Beto.

Importa salientar que esse processo de renovação não ocorreu apenas dentro dos limites desejados pelos dirigentes da Igreja, de modo que onde houvesse espaço para o questionamento, todo tema era passível de discussões. Dessa forma, dentro e fora da Igreja, foram tecidas várias críticas a alguns valores, dogmas, e normas católicas. Para Manoel,

[...] ao chamar o laicato à ação e em particular os segmentos de classe média ligados à JUC e ao Centro D. Vital, a igreja engajou segmentos suficientemente intelectualizados, capazes de elaborar ou absorver e reinterpretar teorias e doutrinas sociais mais na proposta de transformações sociais, e no caso do engajamento da JOC, composta por jovens operários, chamou à ação segmentos que sentiam na prática os reais efeitos do liberalismo capitalista e ansiavam por transformações e não mais aceitavam discursos acomodatórios. (2000, p.146).

Paralelo ao processo de renovação, de crítica e de envolvimento com a questão social por parte de segmentos católicos, ocorria algo similar com setores do protestantismo histórico brasileiro, caracterizado pelo movimento conhecido como CEB – Confederação Evangélica do Brasil – fundada em 1934. Esta foi uma organização ecumênica brasileira que reunia a maioria das igrejas evangélicas e promovia a cooperação nas áreas de ação social, de educação cristã, de trabalhos de juventude, e de atividades diaconais. Tratava-se de uma organização que promovia a fraternidade e o trabalho em conjunto. Entre 1956 e 1961, a CEB organizou três conferências que ficaram conhecidas como Conferências do Nordeste. O tema era Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, e tinham por objetivo discutir e analisar a situação brasileira a partir da situação do Nordeste. As ações da CEB tiveram como inspiração Paulo Freire e seu método de filosofia revolucionária.

Com este maior envolvimento político dos setores das igrejas evangélicas, começaram a ocorrer várias discussões sobre a situação brasileira. Grande parte dos jovens começaram a se envolver nos movimentos estudantis, nos sindicatos e em outras associações. Assim, de acordo com Padilha (2001), houve um diálogo mais próximo com os católicos. Foi uma abertura ecumênica que coincidia também com a abertura ecumênica da Igreja Católica, sob a influência do Vaticano II.

Nesse contexto, começava-se a discutir o papel dos cristãos na revolução brasileira. Desenvolveu-se, também, uma luta pela renovação da Igreja para que esta avançasse no seu compromisso social. Foram criados núcleos ecumênicos e evangélicos em várias regiões do país, para ajudar a ganhar espaços de reflexão e para incentivar os jovens das igrejas a participarem dos movimentos políticos e sociais que estavam ocorrendo no Brasil.

Dias (2003) afirma que as conclusões da Conferência do Nordeste estabeleceram uma crise na CEB, que se agravou com o golpe de 1964 e que acabou com o esvaziamento da instituição anos mais tarde. (2003, p.8).

Neste cenário, surgiu, em 1966, a Revista de Cultura Paz e Terra, tendo seu nome inspirado na famosa Encíclica *Pacem in Terris*. A Revista foi escrita e destinada ao público intelectual e cristão de esquerda, a fim de repensar questões tabus, consideradas estratégicas naquele contexto sócio-cultural. Os temas foram escolhas práticas e presentes no cotidiano social, tais como, marxismo, guerras, sexualidade, Igreja, religião. Os discursos eram inerentes às reivindicações de padres, de militantes e de intelectuais que cada vez mais lutavam por reformas na sociedade.

A Revista foi lançada por Ênio Silveira, comunista e proprietário da Editora Civilização Brasileira, responsável também pela edição da Revista Civilização Brasileira – RCB. Marcelo Ridenti (2000) considera a RCB como a principal revista de esquerda do período e foi lançada por Ênio Silveira com o objetivo de aglutinar os intelectuais e os artistas de esquerda no movimento de resistência ao regime militar e de elaboração de uma possível revolução brasileira.

A RCB tinha uma tiragem de 20.000 exemplares, o que representava um imenso sucesso editorial. Segundo Ridenti, a Revista não sofria influência direta do Partido Comunista, e o seu Editor Moacyr Felix e o próprio Ênio Silveira eram os principais responsáveis por sua organização, mas se encaixava no interior da ampla influência que

os intelectuais e artistas comunistas exerciam sobre a intelectualidade brasileira, particularmente de esquerda.

A Revista de Cultura Paz e Terra aparecia no mesmo ano da RCB e dentro da mesma perspectiva, de acordo com Moacyr Felix:

Tivemos que fazer, porque eles (cristãos de esquerda) queriam ter uma série de idéias deles. A RCB ficou muito marcada como socialista, aberta, mas dentro de uma linha materialista. Nós queríamos mostrar que colaborávamos também com eles, dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, pela humanização da vida, contra a alienação, tem consciência de que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias (apud RIDENTI, 2000, p. 134).

De acordo com o depoimento, pode-se inferir que a iniciativa era dos cristãos de esquerda em trabalhar com um grupo editorial vinculado ao PCB, o que certamente produziu relações complexas de articulações e reflexões, como pode-se observar ao analisar a presença na Revista de variadas concepções cristãs, católicas e não-católicas, e mesmos autores e temas marxistas.

A Revista foi lançada em julho de 1966, teve duração de três anos, lançando dez números, com uma tiragem bimestral de dez mil exemplares. Era subdividida em diversos artigos escritos por eminentes autores, dentre os quais se destacam: Alceu Amoroso Lima, Martin Luther King, Celso Furtado, Helder Câmara.

A Paz e Terra desempenhou um papel significativo, pois serviu como veículo de resistência cultural ao regime militar, congregando uma série de intelectuais, escritores, sociólogos, filósofos, que contribuíram com a revista publicando artigos e debatendo a realidade brasileira que naquele momento vivia sob vigilância de um governo ditatorial.

O que diferenciou esta Revista das demais, é o fato de ela ter sido um veículo de imprensa formativa, que dialogou junto a setores intelectualizados, não apenas propondo a apresentação de notícias. Dessa forma, sua abordagem se aproximou da Revista Civilização Brasileira.

A orientação que a Revista expressou em sua apresentação tem como base o próprio homem. Homem este que vive num mundo onde a tecnologia apresenta condições de uma dominação ampla da natureza, mas mesmo com o pleno desenvolvimento dessas potencialidades, também desnuda a miséria de milhões. Para a

Paz e Terra, esse homem vive um processo de “Libertação de todas suas alienações e contradições [...]. Busca permanente da paz. A Paz no mundo. Paz que una os homens num ecumenismo cujos limites se confundem com a humanidade toda.” (PAZ E TERRA, 1966, p.3).

Outro fator de relevância, mostrado na apresentação da Revista, diz respeito ao diálogo entre as igrejas e os homens, independente de instituição, credo, cultura e partido para se encontrarem na defesa dos valores de dignidade e grandeza do ser humano:

[...] necessidade de um amplo diálogo entre homens que são de diferentes orientações, mas que se identificam, e se reúnem, pelo simples fato de serem homens que tentam resolver dentro de uma mesma história os mesmos problemas que afligem ou movimentam a todos. (PAZ E TERRA, 1966, p.7).

Sendo assim, “[...] cada um deverá ter plena liberdade de contribuir, nesta revista, com pensamento que considerar mais válido para a instauração das ensolaradas respostas do humanismo sobre a brutalidade dos crepúsculos com que nos desafia o nosso tempo.” (PAZ E TERRA, 1966, p.9).

Paz e Terra foi um espaço importante para a articulação das esquerdas durante o Regime Militar, que lutavam pelas liberdades individuais e pelo retorno do Estado democrático. Estavam a frente da Revista nomes, como, Waldo César, Moacyr Felix e Alceu de Amoroso Lima (principal articulador da esquerda protestante, comunista não filiado ao PCB e um importante intelectual católico daquele período), e tantos outros nomes que não somente marcaram a história da Revista como a história da cultura e da política brasileira.

Alceu de Amoroso Lima era advogado convertido ao catolicismo. Tornou-se um dos mais respeitados defensores da Igreja Católica no Brasil. Assumiu a direção do Centro Dom Vital, que congregava os líderes do catolicismo no Rio de Janeiro. Consolidou sua posição de liderança junto ao laicato católico e, ao lado de Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, empreendeu intensa campanha pela afirmação de uma postura ativa dos católicos diante das grandes questões nacionais.

Em 1962 participou, como representante brasileiro, do Concílio Vaticano II e foi profundamente influenciado por suas decisões e pela nova orientação dada à Igreja

Católica pelo papa João XXIII. Aprofundando suas concepções liberais, passou a admitir a “evolução” da sociedade em direção ao socialismo. No plano nacional, coerente com essa inflexão à esquerda, apoiou as reformas de base defendidas pelo presidente João Goulart. (ALVES DE ABREU et al 2001).

Quanto a Moacyr Felix, este era poeta e militante e, através da editora Civilização Brasileira e do CPC da UNE, editou no início dos anos de 1960 a mais importante coletânea de poesia brasileira daquela época, os Violões de Rua.

Waldo César era um intelectual de formação protestante. Na década de 1960, organizou a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), mais tarde se tornou um dos fundadores da Editora Paz e Terra.

A Revista Paz e Terra foi organizada de forma temática, cujos eixos centrais eram: Ecumenismo e Humanismo, Encontro e Diálogo; O Cristianismo em Questão; Violência e Não-violência; Homem Ciência e Tecnologia; Educação em Debate e 43 anos de Fascismo em Portugal. Seguindo essa temática, encontram-se vários artigos “polêmicos” para a época, dentre eles destacam-se: “O Brasil e os entraves ao desenvolvimento”, de Celso Furtado; “Marxistas e Católicos”: da mão estendida ao único caminho, de Luiz Maranhão e “Da propriedade capitalista à propriedade ‘humana’”, de Danilo Zolo; “A justa violência dos oprimidos”, de George Houdin; “Tecnologia e Humanização”, de Rubem Alves; “O papel da educação na Humanização”, de Paulo Freire; “Breve análise da repressão à Vida Intelectual em Portugal”, de Vítor Ramos, entre outros.

Por tratar-se de artigos “revolucionários”, tendo em seu bojo ideais cristãos humanísticos, os temas revestem-se de importância histórico-cultural. Isto faz com que na pesquisa, através de um trabalho crítico analítico dos ideais propostos nessa revista, fique entendido como a esquerda cristã brasileira analisava o conjunto desses temas e como dialogava e com outros setores da sociedade.

Parece ser também, bastante pertinente questionar: qual a real influência intelectual da Revista, considerando seu significativo sucesso editorial? Neste sentido, objetiva-se explorar as possibilidades genealógicas e suas contradições entre este pensamento de esquerda presente na Revista e os desdobramentos da esquerda católica com a opção preferencial pelos pobres no final dos 60 e início dos anos 70.

A pesquisa visa compreender como a Revista de Cultura Paz e Terra, através de seus artigos publicados, fez a leitura da sociedade brasileira e qual sua herança na formação de um pensamento progressista cristão no Brasil e na América Latina nas décadas subseqüentes.

Para que isso aconteça é de grande valia que se entenda: as transformações da década de 1960 tanto com relação à modernidade quanto à moral herdada que resultou no Concílio do Vaticano II; o contexto brasileiro no que diz respeito aos movimentos sociais da época; o universo dos intelectuais da esquerda brasileira, que a partir da década de 1950 elaboraram um projeto de Revolução para o Brasil; o processo de formação da ala progressista da Igreja Católica e de outras denominações cristãs no Brasil; as causas do surgimento da Revista de Cultura Paz e Terra, sua política editorial e o diálogo da esquerda cristã junto a outros setores intelectualizados, sobre os temas da realidade brasileira.

Um olhar acerca da metodologia

Como a pesquisa está em andamento, percebe-se que o estudo da esquerda cristã no Brasil é uma temática que precisa ainda ser muito discutida. Nota-se que há uma riqueza de abordagens que envolviam grupos ligados à esquerda cristã no país que por vezes não tem sido investigada. Neste sentido, ao olhar para a disciplina histórica, na perspectiva que a história não é uma ciência exata, mas sim uma ciência de um tipo especial, como já havia dito Collinwood (1972), faz com que necessite adentrar para algumas questões que cerceiam métodos e teorias.

Como diria Ciro Flamarion Cardoso (2005) “um historiador fala de teoria e metodologia”. Dessa forma, esquerda cristã na década de 1960 precisa ser trabalhada, a partir do fruto do conhecimento científico, embasando as reflexões partindo das idéias e análises de alguns teóricos como Mikhail Bakhtin, Edward Thompson, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas, entre outros.

Novas perspectivas têm sido pensadas, no que se refere à busca de novas fontes, porém, o texto escrito ainda é um caminho importante a ser percorrido pelos historiadores. Para Mikhail Bakhtin (2003) onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. José de Assunção Barros (2004) aponta que “ainda hoje o historiador tem

cada vez mais oportunidades para trabalhar com textos escritos do que com outros tipos de fontes.” (p. 133 – 134). Em suas palavras:

[...] se a historiografia do século XX ampliou o seu conceito de fonte histórica para um mundo não-textual de possibilidades, também ampliou extraordinariamente os tipos de documentação escrita com as quais irá lidar. [...] hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte [...]. (BARROS, 2004, p.133-134).

Fazer análise de texto em perspectiva histórica a partir de suas estruturas não é algo novo. Lucien Febvre, um dos fundadores do movimento denominado Analles, em sua obra *Combates pela História* (1977), já discutia a importância da lingüística textual unida à história.

Ao comentar sobre a lingüística, é válido que se reflita sobre a importância da interdisciplinaridade na história. Por isso faz-se necessário, assim como qualquer metodologia, ter cuidado ao se aventurar neste domínio da história e da lingüística.

Na reflexão sobre este assunto Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997) discutem sobre o emprego de métodos e técnicas de derivação semiótica são incipientes em história. Para eles “muitos dos trabalhos semióticos cuja temática é histórica continuam sendo elaboradas por não historiadores” (p. 399). Continuando a discussão os autores discutem que “[...] o uso transdisciplinar da semiótica pelos historiadores [...] pode enriquecer, em muitos casos, o arsenal de procedimentos com que possam enfrentar os problemas sempre novos da hermenêutica, em seu tratamento de textos que usam como fontes” (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 399).

Conforme as concepções de Barros (2004), qualquer profissional que dependa da interpretação de texto para seu ofício, como é o caso do historiador, “[...] não cessa de inventar novos modos de trabalhar sobre esses textos, avançando para muito além daquilo que se encontra aparentemente exposto em sua superfície.” (BARROS, 2004, p.135).

No interior desta discussão está colocada a análise da esquerda Cristã brasileira através da Revista Paz e Terra. O caminho pelo qual a pesquisa está pautada se insere na análise dos discursos abordados na Revista. É através destes que se pretende explicar o percurso dos cristãos de esquerda, que lutavam pelas liberdades individuais e pelo retorno do Estado democrático. Assim, a análise:

[...] deve contemplar simultaneamente três dimensões fundamentais: *o intratexto, o intertexto e o contexto*. O “intratexto” corresponde aos aspectos internos do texto e implica exclusivamente na avaliação do texto como objeto de significação; o “intertexto” refere-se ao relacionamento de um texto com outros textos; e o “contexto” corresponde à relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve (BARROS, 2004 p. 136-137).

O intratexto se refere às discussões contidas nos textos, o que eles pretendiam dizer em seus debates, seus temas e seus conceitos sem contar “que as contradições existem internamente a um mesmo texto, trazendo à tona o caráter polifônico de certos discursos” (BARROS, 2004, p.136), situação que não raro encontra-se nas mensagens religiosas.

Sobre a intertextualidade destaca-se que seu princípio define o texto como sendo um mosaico de citações, absorvidas e/ou transformadas. Desta forma, entende-se este termo como o diálogo entre um texto e outro, podendo ser os textos da própria Revista ou textos da mesma época encontrados em diversos lugares. Assim, é possível perceber como os autores dialogavam sobre o mesmo tema, quais os ângulos e posicionamentos de cada um. Neste caso, vale fazer algumas comparações e entrecruzamentos sobre os discursos contidos na Revista, mediante aos seus autores.

É importante levar em consideração os textos que nos mostram várias versões de uma mesma temática, podendo assim se iluminarem ou se contradizerem. Isso fica expresso no debate sobre o tema da sexualidade na revista de número 5 do ano de 1967. É pertinente no estudo destes textos, identificar quais eram as semelhanças e as diferenças na escrita destes autores sobre esse assunto.

Existe, ainda, outra característica em *Paz e Terra* que merece destaque, é o fato de sua composição ser realizada com uma seleção de textos sobre os variados temas abordados pela Revista, os quais não foram escritos especialmente para a sua edição, mas que, por trazerem ponto de vistas diversos, centrados em uma perspectiva de contestação, eram publicados.

O contexto se refere ao diálogo destes textos com a sociedade, suas influências recebidas e transmitidas. Vale ressaltar a importância de contextualizar os textos da Revista, pois “todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, [...] mas principalmente por uma sociedade que o envolva, pelas dimensões desta

sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba.” (BARROS, 2004, p.137) ¹. Torna-se, dessa maneira, necessário que, na análise da Revista Paz e Terra, fique entendido o que estava ocorrendo em nível mundial e nacional, e ainda quais as rupturas e continuidades presentes nos discursos da época.

Conforme Fiorin (2006) Bakhtin “desvela o fato de que a circulação de vozes numa formação social está submetida ao poder. Não há neutralidade no jogo das vozes. Ao contrário, ele tem uma dimensão política, uma vez que as vozes não circulam fora do exercício do poder”. Jornais e revistas, por reunirem um conjunto de indivíduos, agregam pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se difundem a partir de uma escrita.

Assim, de acordo com Tânia Regina de Luca se configura “[...] a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores, mais assíduos, atentar para o tema escolhido do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas.” (LUCA, 2005, p. 140). Desta forma, esta mesma autora salienta que o pesquisador “necessita recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção do periódico” (LUCA, 2005, p. 141).

Nesta perspectiva, a Revista *Paz e Terra* precisa ser analisada através de outras fontes como referências bibliográficas para o entendimento do contexto de sua publicação, biografia de seus principais formuladores e, documentos que expressem a repercussão e o diálogo da Revista com a sociedade e com as Igrejas. A verificação dessas fontes levará ao entendimento do que estavam pensando aquelas pessoas que escreveram seus artigos, e ainda quais eram os objetivos de cada discussão que estava inserida na Revista, qual era o processo de seleção do que seria publicado, qual era a política editorial, etc.

Outro questionamento a ser abordado na pesquisa diz respeito ao destino a que o texto caminha. Assim, vale questionar quem eram os leitores da revista, pois o receptor ajuda também a escrever o texto, mesmo que o autor ou o produtor não esteja

¹ Esta pesquisa deve partir da análise de todos seus textos, pois a “[...] utilização da imprensa periódica como fonte do historiador, não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos [...]” (LUCA, 2005, p. 141).

plenamente consciente disto (BARROS, 2004, p.138). Pode-se dizer então que toda produção de texto tem sua intencionalidade² Sobre esta discussão é válido lembrar que:

Bakhtin explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade deste superdestinatário varia de um grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro (FIORIN, 2006, p. 31).

No caminho da pesquisa proposta, não existirá uma linearidade de uma situação a outra e depois outra, pois na análise metodológica triádica do texto (intratexto/intertexto/contexto), uma dimensão remete às demais, compondo um movimento contínuo na abordagem, cuja complexidade leva a uma interpretação e compreensão sempre mais abrangente e global, embora inesgotável.

Percebe-se que, ao analisar um discurso em toda sua complexidade, envolvem-se desde as técnicas que visam enxergar a sociedade através do discurso até as técnicas que objetivam visualizar os modos pelos quais a sociedade se apodera destes. (BARROS, 2004, p.144).

Para Luca (2005), o primeiro passo para se trabalhar com periódicos, como a principal fonte de uma pesquisa, é a localização da fonte e a averiguação de suas condições. A Revista Paz e Terra está localizada na Biblioteca da USP, e estão em ótimo estado para a pesquisa. Outro problema, destacado pela autora, “é a obtenção de longas séries completas, o que muitas vezes exige a peregrinação por várias instituições em busca de exemplares.” (LUCA, 2005, p.142). Com relação a esse aspecto, a Revista possui apenas dez volumes que são encontrados em São Paulo, com a possibilidade de xerocopiar todos os seus exemplares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

² Na Lingüística Textual Mikhail Bakhtin utiliza o termo interlocutor no lugar de receptor, pois este aponta para alguém que apenas recebe uma informação sem participar dela, já o termo interlocutor indica que, ao elaborar um texto, o locutor já tem em mente seu público, que dessa forma participa do texto mesmo estando longe. (CF. KOCHI, 1997)

ALVES DE ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. (Org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 10 out.2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. São Paulo: Ed. Vozes, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: _____. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-400.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

COLLINWOOD, R.G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

DIAS, Agemir de Carvalho. *O ecumenismo: uma ótica protestante*. 2003, p.1-14. Disponível em: http://www.geog.ufpr.br/nupper/documents/O_Ecumenismo_Uma_otica_Protestante.pdf. Acesso em 30 nov.2007.

FARIAS, Damião D. de. *Crise e renovação católica na Arquidiocese de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*. 2002. 411 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH-USP, São Paulo.

FEBVRE, Lucien, *Combates pela história*, 2 Vols., Lisboa, Presença, 1977.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

KOCHI, Ingedori. *O texto e a construção dos sentidos*, São Paulo: Contexto, 1997

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-149.

MACIEL, Luiz Carlos. *Anos 1960*. São Paulo: L&PM, 1987.

MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980); Notas Prévias para uma Pesquisa. *Estudos de História – Revista de História da UNESP*, Franca, v.7, n.1, p.135-148, 2000.

PAES, Maria Helena Simões. *A Década de 1960: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: Ática, 1982.

PADILHA, Anivaldo. *A juventude evangélica dos anos 60 e 70 e sua contribuição para o ecumenismo*, 2001. Disponível em <http://www.cese.org.br/Campanhas/juventude.doc.doc>. Acesso em: 29 outubro 2007.

PAZ E TERRA, Revista. Ano I, II e III. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Ed. Civ. Brasileira.

REZENDE, Maria José de. *Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel*. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org) *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997. p. 11-30.

_____. *Em Busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro - São Paulo, Ed. Record, 2000.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.